

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO HOSPITAL SÃO JOÃO
BATISTA DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA – RJ**

**Processo Licitatório: VR-02.051-00008042/2025 SAH/HSJB
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90082/2025**

**Recorrente: REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA
Recorrida: VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA**

**Recurso contra habilitação da licitante VARIEDADE COMERCIAL JGB
LTDA**

REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.644.243/0001-01, estabelecida na Rodovia dos Metalúrgicos nº112 - São Geraldo - Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP:27.253-003, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Altemar Silva de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 084513423 IFP/RJ e do CPF nº 005.635.547-54, vem, com fundamento no art. 165 da Lei 14.133/2021, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que habilitou a empresa **VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA**, pelos motivos a seguir expostos:






I – DOS FATOS

A empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA, classificada em 1º lugar, foi indevidamente habilitada, mesmo tendo descumprido exigências expressas do edital do Pregão Eletrônico nº 90082/2025.

A análise da documentação apresentada evidencia ausência de documentos obrigatórios nas fases de habilitação social, fiscal e econômico-financeira, conforme demonstrado a seguir.

II – DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS

1. Ausência da Declaração de Reserva de Cargos (item 14.6 do edital)
O edital exigiu, como condição de habilitação, a Declaração de que a empresa preenche o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, conforme modelo do Anexo 4.

Nome	Tipo
 Anexo 3 - JGB ASSINADO	Documento do Adobe
 Anexo 5 - JGB[1] assinado	Documento do Adobe
 ANEXO 6 - JGB assinado	Documento do Adobe
 proposta pregão 90082.2025[1] ass...	Documento do Adobe
 Visita tecnica	Arquivo JPEG

A recorrida não apresentou tal declaração, descumprindo exigência obrigatória e eliminatória.

Conforme o art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/21, compete à Administração exigir documentos de habilitação que comprovem o cumprimento de obrigações trabalhistas e sociais, sendo essa declaração parte integrante dessa comprovação.

2. Ausência de documentos de qualificação econômico-financeira, conforme exigido nos itens 11.3.4 e 11.3.5.2, alínea 'b' do edital, a saber:

O edital, em seu item 11.3.4, determinou a apresentação do Balanço Patrimonial e DRE do exercício de 2024, na forma da lei, com os respectivos termos de abertura e encerramento, além da demonstração dos índices contábeis 2024 (item 11.3.5.2, letra b).

A empresa não apresentou o balanço 2024 completo, nem os índices 2024 exigidos, o que impossibilita a aferição da capacidade econômico-financeira, requisito essencial previsto no art. 69, § 4º, da Lei 14.133/21.

3. Irregularidade na comprovação da Regularidade Fiscal Municipal (item 11.2.1, letra c.3)

O edital não foi claro ao exigir três certidões distintas:

- a) Certidão Negativa ou Positiva de Débitos do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza);
- b) Certidão Negativa de Débitos com relação ao IPTU;
- c) Certidão Negativa da Procuradoria-Geral do Município, referente a dívida ativa, quando for o caso

A recorrida apresentou apenas a certidão da Procuradoria, omitindo a do ISS, em flagrante descumprimento ao edital.

A empresa está sediada no Município do Rio de Janeiro, portanto, seria o caso de apresentar as duas certidões demonstradas abaixo:

LAYOUT DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, **NÃO APRESENTADA** PELA EMPRESA VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Coordenadoria do ISS e Taxas

Nº AUTENTICAÇÃO: [REDACTED]
ÓRGÃO: [REDACTED]
CONTROLE: [REDACTED]

VALIDADE: 12/08/2025


CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA


Nome: [REDACTED]
CNPJ: [REDACTED]

A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

Até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes do pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor.

CERTIDÃO MUNICIPAL APRESENTADA PELA EMPRESA VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA

 7 - CND Municipal 09-09-2025

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle 3XC8XC4MCC
--	---

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 50.827.589/0001-74, com endereço no(a) R VERGEL, nº 942 - RJ Cep: 23707-400, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 09/07/2025

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro;
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.

Ocorreu, no dia 08/10/2025, abertura de diligência para apresentação da certidão do IPTU.

Acontece que a diligência (art. 64 da lei 14.133/21) é o momento em que o agente de contratação ou a equipe de apoio pode pedir esclarecimentos ou **documentos complementares para confirmar informações já apresentadas**. Ela não serve para substituir ou sanar ausência de documento essencial.

^ Anexos

HABILITACAO.json (2) - Cópia.zip

26/08/2025 11:12:03



CND IPTU.pdf

08/10/2025 14:31:15



^ Diligências

Para apresentação da certidão de IPTU, conforme linha C.3 do edital.

Data início: 08/10/2025 14:06:15

Data encerramento: 08/10/2025 16:15:20

Situação: Encerrada



Somente é possível solicitar certidões se:

- a empresa (MEI/ME/EPP) **já tiver apresentado** a certidão, **mas estiver vencida ou ilegível**; ou
- o agente precisar **confirmar a autenticidade** (ex: consultar validade junto ao site da Receita ou da prefeitura).

Entretanto, a empresa **não anexou nenhuma CND municipal, apenas a Certidão da PGM**. Nesse caso, **não pode** ser solicitado o documento na diligência, pois configuraria **complementação indevida** e violação ao princípio da vinculação ao edital.

III – DO DIREITO

A Lei nº 14.133/2021 é clara ao determinar que a habilitação do licitante depende da comprovação do atendimento de todos os requisitos do edital (art. 62).

Administração não pode relevar falhas que comprometam a verificação da conformidade da proposta ou da habilitação, sob pena de violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

O Tribunal de Contas da União / TCU, entende que a ausência de documentos de habilitação essenciais implica inabilitação automática, não podendo a Administração permitir complementações posteriores, salvo erro material evidente.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O acolhimento deste recurso administrativo;
2. A reforma da decisão que habilitou a empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA;
3. A inabilitação da referida empresa, com a consequente convocação da segunda colocada para a fase de habilitação, conforme determina a Lei 14.133/21;
4. A anulação dos atos posteriores à habilitação indevida, garantindo a observância do princípio da legalidade e da vinculação ao edital.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,
Pede e espera deferimento,
Volta Redonda, 13 de outubro de 2025.

REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 07.644.243/0001-01

Altemar Silva de Oliveira

Representante Legal

RG 084513423 IFP/RJCPF 005.635.547-54

A.S de Oliveira Comércio e Serviços de Marcenaria

CNPJ 07.644.243/0001-01

Tel.: (24) 3343-3477 | (24) 9.9907-1583 | E-mail: marcenariareal@gmail.com